



# A obra *Songe du Vieux Pèlerin* de Philippe de Mézières e sua proposta de reforma da cavalaria francesa na Baixa Idade Média

La obra *Songe du Vieux Pèlerin* de Philippe de Mézières y su propuesta de reforma de la caballería francesa en la Baja Edad Media

**Carmem Lúcia Druciak**  
Doutoranda em História  
Universidade Federal do Paraná  
carmem.druciak@gmail.com

**Recebido em:** 04/04/2017

**Aprovado em:** 13/05/2017

**RESUMO:** Este artigo pretende mostrar de que forma Philippe de Mézières, cavaleiro e homem de letras, compôs sua obra *Songe du Vieux Pèlerin*, no final do século XIV, na França, como um espelho de príncipes ao jovem rei Charles VI. Para isso, pautaremos nossas considerações em balizas da História da Cultura como as práticas e as representações. O aspecto de sua obra de que nos ocupamos neste trabalho diz respeito à sua proposta de reforma da cavalaria com base nos valores das cruzadas e no desempenho militar visando ao bem comum do reino francês. Ainda que Philippe de Mézières tenha se servido de valores de um passado que exaltava as ordens de cavalaria e as cruzadas, veremos que sua proposta avançava para além disso, colocando como essenciais características que foram importantes para a constituição dos exércitos nos séculos que se seguiram.

**PALAVRAS-CHAVE:** Philippe de Mézières, Cavalaria francesa, Bem comum.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo mostrar cómo Philippe de Mézières, caballero y hombre de letras, compuso su obra *Songe du Vieux Pèlerin* a finales del siglo XIV, en Francia, como un espejo de príncipes al joven rey Charles VI. Para ello, basamos nuestras consideraciones en la Historia de la Cultura, es decir, en las prácticas y representaciones. El aspecto de su obra que nos preocupa en este artículo, se refiere a su propuesta de reforma de caballería basada en los valores cruzados y desempeño militar para el bien común del reino francés. Aunque Philippe de Mézières ha servido hasta valores de un pasado que ensalzó las órdenes de caballería, su propuesta progresó más, posando como valores fundamentales que han ayudado a apoyar la formación de los ejércitos en los siglos que siguieron.

**PALABRAS-CLAVE:** Philippe de Mézières, Caballería francesa, Bien común.



## Introdução

Homem de saber e de ação, ávido defensor das cruzadas, Philippe de Mézières (1327-1405) foi um homem atento aos acontecimentos de seu tempo. Escreveu abundantemente sobre o que se passava nas cortes onde atuou de modo a nos fazer pensar sobre o quanto buscou influenciar seus senhores com seus escritos. Para Mézières, a espada certamente foi uma arma que lhe incitou reflexões que são caras para este trabalho: sua concepção de cavalaria, ou seja, que características o homem de saber atribuía para tal grupo de guerreiros? O que representavam naquela sociedade, segundo Philippe de Mézières, e quais seriam suas funções e valores no seio daquela sociedade? E como atuavam esses homens, ou melhor, qual diagnóstico o letrado dava dessa cavalaria? Veremos como o letrado avaliava esse corpo militar na França do final do século XIV, a ponto de compor um espelho de príncipe ao jovem rei Charles VI (1380-1422), propondo nele uma reforma com base nos valores das cruzadas e no desempenho militar visando ao bem comum do reino francês.

As noções de práticas e representações da História da Cultura fundamentam a abordagem que fazemos da obra de Philippe de Mézières aqui estudada. Entendemos que ao observar a cultura letrada que era produzida na corte francesa da Baixa Idade Média, podemos tecer considerações sobre os temas trabalhados por homens e mulheres de letras em suas práticas discursivas, bem como sobre a recepção de tais escritos e o que neles o público via representado. Dessa forma nos interessamos “pelos sujeitos e receptores de cultura – o que abarca tanto a função social dos ‘intelectuais’ [...] até o público receptor, o leitor comum, ou as massas [...]”<sup>1</sup>. A organização da obra e as inovações que ela apresenta serão analisadas com o objetivo de melhor compreender a prática discursiva de Philippe de Mézières e de observar de que maneira sua visão de mundo referente ao papel da cavalaria na corte de Charles VI foi colocada na obra *Songe du Vieux Pèlerin*. Para isso, veremos, por exemplo, qual gênero textual e quais figuras de linguagem o letrado empregou para alcançar a atenção de seu público precípuo, o rei e sua corte.

Parece-nos lícito observar, antes de detalhes biográficos, de que forma Philippe de Mézières caracterizava a cavalaria por ele proposta. Segundo seu entendimento, seria um grupo definido em constante prontidão, formado por indivíduos que tinham um denominador comum, um objetivo único de existência: assegurar o bem comum de toda a cristandade, usando de suas

---

<sup>1</sup> BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 61.



armas e táticas de guerra para essa tarefa. Aliás, essa era a proposta de cavalaria que Mézières oferecia a Charles VI, com o intuito de uniformizar a conduta de seus membros, até então diverso, em benefício do reino, com “objetivos mais utilitários”<sup>2</sup>.

Aqui cabe igualmente um rápido esclarecimento, conforme nossas leituras, sobre o que Philippe de Mézières concebia como bem comum, bem público ou coisa pública, que hoje poderia designar o que chamamos de bem-estar social e espiritual, guardada as diferenças cronológicas. Mézières absorveu, provavelmente, o conceito contido nas obras de Tomás de Aquino, em que o dominicano trata do bem comum como algo a ser buscado em favor da multidão, favorecendo o indivíduo conseqüentemente, pois “aquilo que é próprio divide, o que é comum une”, conforme a obra *De Regimine Principum*.<sup>3</sup> É justamente o anseio pela união de toda a cristandade e de todos os seres, fiéis e infiéis, demonstrado por Mézières, que nos faz ligá-lo dessa forma ao conceito tomista. Além da unidade, para Mézières quatro pilares estariam na base do bem comum: a paz, a verdade, a justiça e a misericórdia que, personificadas em rainhas, tecem um parecer moral sobre a situação do reino e nomeiam quatro das casas do jogo de xadrez, símbolo usado por Philippe de Mézières na instrução de Charles VI, como veremos mais adiante. Ademais, era o rei quem primeiro deveria zelar pelo bem comum, evitando primar por seus próprios interesses:

Caro filho, jovem Moisés, diz a rainha, como dissemos várias vezes, tu és o servidor dos habitantes do reino da Gália e dos súditos da coroa da França e, enquanto verdadeiro servidor, tu deves procurar o bem público de teus súditos muito mais do que o bem particular da tua real majestade. Lembra-te da grande caridade de teu ancestral simbólico, Moisés, o amigo de Deus que para o bem do povo de Israel, do qual era servidor, pediu a Deus para apagá-lo do Livro da Vida<sup>4</sup>.

### **A dupla carreira de Philippe de Mézières**

Mas quem foi esse intelectual que, conselheiro de sete soberanos cristãos tanto do Oriente quanto do Ocidente, percorreu o continente ora lutando, ora cumprindo tarefas diplomáticas? Philippe de Mézières nasceu em 1327 em Amiens, na Picardia, região norte da

---

<sup>2</sup> FLORI, Jean. **A cavalaria**. A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. Trad. Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005, p. 183.

<sup>3</sup> PEDRERO-SANCHÉZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 213.

<sup>4</sup> “Cher fils, jeune Moïse, dit la reine, comme on l’a souvent dit, tu es le ministre des habitants du royaume de Gaille et des sujets de la couronne de France et, en tant que vrai ministre, tu dois rechercher le bien public de tes sujets bien plus que le bien particulier de ta royale majesté. Souviens-toi de la grande charité de ton ancêtre symbolique, Moïse, l’ami de Dieu, qui pour le bien du peuple d’Israël, dont il était le ministre, demanda à Dieu de l’effacer du Livre de Vie”. Cf: MÉZIÈRES, Philippe. **Songe du Vieux Pèlerin**. Traduit de l’ancien français par Joël Blanchard. Paris: Agora, Pocket, 2008, p. 844-845. As traduções das referências em língua estrangeira no original são de nossa autoria.



França, em uma família de tradição guerreira que em 1345 o enviou à Itália para se submeter a uma formação nas armas. Já no ano seguinte, o jovem se engajou na expedição militar e religiosa de Humberto II, delfim de Viennois (1333-1349), partindo de Veneza em direção a Esmirna<sup>5</sup>, hoje província da Turquia. Seria um dos acontecimentos importantes e definidores da carreira de Mézières, visto que foi armado cavaleiro após a batalha e também porque ali fez os primeiros contatos com a família Lusignan, do então rei de Chipre, Hugo IV (1324-1358). Após essa expedição, Mézières foi à Terra Santa, sem deixar de atender à família real de Chipre, colocando-os sempre a par de suas intenções de cruzada. Supõe-se igualmente que entre os anos de 1354 e 1357, Mézières tenha estado na França, na Universidade de Paris, mais precisamente. Em 1358, o sucessor e filho do rei cipriota, Pedro de Trípoli (1358-1369), ao assumir o trono, nomeou Mézières seu chanceler e juntos empreenderam percorrer os reinos da cristandade em busca de apoio para seus intentos de guerra santa. Todavia a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) impediu que o rei francês, Jean II Le Bon (1350-1364), por exemplo, fizesse parte de um contingente em direção à Jerusalém, o que fez com que o sonho de cruzada de Pedro e de Philippe de Mézières fosse adiado.

Como estava no âmago de Mézières seu caráter de peregrino, característica que marcou de forma absoluta seus escritos, datam desse tempo, muito provavelmente, os elementos de que se serviu para redigir as regras de uma nova ordem de cavalaria, a Cavalaria da Paixão de Jesus Cristo (*Nova Passionis religio*). As primeiras redações dessa obra datam de 1368 e vão até 1396, quando o próprio Mézières traduz o texto do latim para o francês, intitulando-o *Chevalerie de la Passion*. Nesse texto, o intelectual recupera os princípios de uma ordem pautada sobretudo na condição devota de um guerreiro que se quer cavaleiro da fé católica cuja missão se daria em forma de cruzada, pois tratava-se de uma guerra santa em favor do Cristo, sendo o cavaleiro seu imitador. Nesse contexto, Jerusalém e os lugares santos seriam o destino final de uma peregrinação empreendida pelo cavaleiro. Outra produção desse período é a obra objeto deste artigo, *Songe du Vieux Pèlerin*, redigida em francês entre 1386 e 1389, que pautada sobre as reflexões anteriores de Philippe de Mézières com relação à *Nova Passionis religio*, avançou sobre o campo político, constituindo-se em espelho de príncipe para Charles VI a quem foi dedicada.

---

<sup>5</sup> Essa expedição, aos anseios de cruzada, era a segunda na intenção de atender ao apelo do papa Clemente VI conforme a bula publicada em 30 de setembro de 1343, chamada de *Insurgentibus contra fidem*, cujo objetivo era impedir o levante turco na Ásia Menor Cf: CONTAMINE, Philippe. *Croisade, réformation religieuse, politique et morale de la chrétienté au XIVe siècle* : Philippe de Mézières. **Mélanges de l'École française de Rome – Italie et Méditerranée modernes et contemporaines**, 124-1, Roma, 2012. Disponível em: <http://mefrim.revues.org/138>. Acesso em: 17 de março de 2017.



Serão os pensamentos inseridos nessa obra o objeto deste trabalho, visto que na obra *Songe Mézières* tece suas considerações, sob forma de regras, a respeito da conduta do homem de armas digno de compor a cavalaria francesa, sugerindo que houvesse uma reforma da cavalaria que ora atuava na França.

Em 1365, o rei de Chipre e seu chanceler chegaram a reunir reforços para a tomada de Alexandria, mas o intento de cruzada não se realizaria totalmente. Como Pedro I foi assassinado em 1369 em Chipre, Philippe de Mézières se refugiou em Veneza, onde se “consagrou à instauração no Ocidente de uma festa, que era uma das mais importantes da Igreja grega: a festa da Apresentação da Virgem Maria no Templo”<sup>6</sup>. Apesar da morte do monarca, Mézières continuou a prestar serviços àquela corte, agora sob o reinado de Pedro II (1369-1382) que o enviou ao papa em Avignon como embaixador. Desse período, data a aproximação de Philippe de Mézières da corte francesa, já que em 1373 Charles V (1364-1380) requisitou a presença do letrado como conselheiro, o que legitima sua carreira de homem de saber. Ademais, Charles V lhe legou a instrução de seu filho e futuro sucessor Charles VI. Era o momento em que Philippe de Mézières trocava em definitivo a espada pela pena.

Segundo Jacques Verger, Philippe de Mézières não teve uma formação comparável a outros homens e mulheres de saber da Baixa Idade Média, como muitos dos escritores e tradutores que estiveram a serviço da coroa francesa nesse período, pois possuía uma “cultura de cavaleiro autodidata” e não teria contribuído de fato, através de seus escritos, com os esforços de propaganda empreendidos pelos príncipes daquela época. Ainda assim, é importante a sua participação na corte de Charles V como conselheiro, visto que participar de tal privança era “um dado fundamental da vida pública” constituindo-se tal conselho como “organismo de deliberação política por excelência no seio do qual eram tomadas, pelo rei e pelo conselho, as decisões mais importantes”<sup>7</sup>. A historiadora francesa, Claude Gauvard, afirma que Philippe de Mézières fez parte do grupo de conselheiros, chamado posteriormente de *Marmousets*, e que auxiliou Charles VI a retomar as rédeas do reino ora nas mãos dos tios, em 1388. Ela sustenta ainda que o objetivo desses conselheiros era de se “constituir em um corpo para governar em obediência ao rei [...] compartilhando do mesmo ideal político [...]. Nascendo assim, graças a eles, o estatuto da

---

<sup>6</sup> LEFÈVRE, Sylvie. Philippe de Mézières. In: HASENOHR, Geneviève; ZINK, Michel (org.). **Dictionnaire des Lettres Françaises: Le Moyen Âge**. Paris : Le Livre de Poche, La Pochothèque, 1992, p. 1144.

<sup>7</sup> VERGER, Jacques. **Homens e Saber na Idade Média**. Tradução Carlota Boto. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 173-183.



função pública”<sup>8</sup>. O grupo foi afastado do poder quando das primeiras evidências de insanidade de Charles VI, a partir de 1392.

Poderíamos, talvez, assinalar que, assim como seu status de conselheiro veio a ser transformado em função pública, como sugere a historiadora, Philippe de Mézières tenha tido uma noção semelhante com relação à função de cavaleiro. De onde seu esforço em mostrar ao rei Charles VI a importância de estar atento a esse corpo militar e sua conduta, como apontamos nas linhas seguintes.

### **O sonho do velho peregrino Philippe de Mézières**

Durante o tempo em que sustentou uma atuação pública junto aos monarcas da cristandade, Mézières alimentou seus sonhos de cruzada para reconquistar Jerusalém e os lugares santos, então, após o cisma da Igreja latina, tornou-se seu objetivo maior reuni-la novamente. Para isso, deveria contar com o apoio dos dois principais reinos daquele contexto ocidental, França e Inglaterra. Havia, no entanto, o problema da menoridade dos príncipes.<sup>9</sup> Tal situação favoreceu um período longo de tréguas nas batalhas da Guerra dos Cem Anos. Philippe de Mézières então ganhou tempo para debruçar-se sobre a redação da obra *Songe du Vieux Pèlerin*, dedicado a Charles VI, a quem se dirige na obra como a maior de suas esperanças ao restabelecimento da paz desejada, uma das premissas para a manutenção do bem comum.

Vejamos alguns elementos essenciais da obra de Mézières. A obra se inicia com o sonho<sup>10</sup> do Velho Peregrino, solitário em sua cela no convento dos Celestinos, onde o letrado se retirou no fim de sua vida. Esse sonho estrutura toda a obra, que composta sob forma alegórica, apresenta os personagens Ardente Desejo e sua irmã Boa Esperança, figuras que designam o próprio Philippe de Mézières, guiando as damas ou rainhas:

Verdade, Paz, Justiça e Misericórdia pelo mundo, para que examinem o estado moral e espiritual dos reinos e encontrem um lugar propício para forjar *les bons besants* [talentos, virtudes e boas obras] expulsos do mundo pela falsa moeda das hipocrisias de toda espécie. O fim da viagem será na França, onde as Virtudes

---

<sup>8</sup> GAUVARD, Claude. **Le temps des Valois** 1328-1515. Paris: PUF, 2013, p. 97-98.

<sup>9</sup> Na França, Charles VI havia subido ao trono, após a morte do pai em 1380, aos doze anos, o que acarretou na regência dos tios, os duques de Berry, de Anjou e de Borgogne. Já na Inglaterra, o rei inglês, Ricardo II havia sido coroado em 1377, com a idade de 10 anos.

<sup>10</sup> O sonho para Philippe não detinha em si o caráter transgressor ou pagão rechaçado ao longo de vários séculos pela Igreja, ao contrário, era um modo de estar em contato com a revelação de Deus, ou seja, a verdade, sem jamais lançar mão da astrologia. Também não há no sonho de Philippe a predição do futuro, mas uma constatação de realidade acompanhada de uma advertência. Segundo Jacques Le Goff, o sonho tornou-se “um dos motores da criação literária [...] Ele é ao mesmo tempo a ressurgência de uma prática muito antiga e a afirmação da nova autonomia da criação artística”. Cf. LE GOFF, Jacques. Sonhos. In: LE GOFF, J., SCHMITT, J.-C. (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, vol. II Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 524.



conferem a Charles VI, o jovem Cervo voador, um tratado de governo pelo viés do jogo de xadrez.<sup>11</sup> [grifo nosso]

Esse pequeno resumo nos permite atentar para pontos bastante relevantes da obra *Songe* de Philippe de Mézières. Primeiramente, a forma alegórica, cabendo aqui fazer algumas pontuações sobre o que seria tal gênero na tardo-medievalidade. Tratava-se de um estilo de exposição literária e não interpretação, sendo uma forma de apresentar uma visão de mundo, usando a personificação e os símbolos sem necessariamente situá-los no tempo. E em “tal perspectiva, a alegoria, ultrapassando a singularidade do acontecimento e do sentimento, pod[ia] esperar designar a verdade”<sup>12</sup>.

Em segundo lugar, a forja como método usado pelas virtudes para reformar a cristandade: além de ser um local onde materiais metálicos são trabalhados e transformados, a forja também remete à alquimia, uma forma de medicina que, para Mézières, seria mais nobre que a rechaçada astrologia. Certamente, além desse caráter mais prático da forja, a figura de linguagem é interessante também por referir-se ao aspecto de fazer surgir, de fabricar algo que antes não havia ou, como no caso, algo que havia se perdido nos reinos cristãos. Para Mézières, a pedra filosofal é o próprio Jesus Cristo e a forja das damas que personificavam as virtudes são “as boas obras da Igreja de Deus e a santa religião católica”.

Prosseguindo, um outro aspecto, ainda ligado à forja é o uso das moedas ou talentos como símbolos das boas obras e virtudes que o homem pode expressar, são as virtudes divinas, naturais e morais. Ora, Philippe de Mézières trabalha muito bem, ao longo de toda a obra princípios financeiros muito provavelmente aprendidos em Veneza, como por exemplo, um sistema bancário que favoreceria tanto os mercadores, representando o povo, quanto o rei, “uma mesa de câmbio chamada de *banco do comum*”<sup>13</sup>. Há que se reconhecer que, ao falar dos impostos e da crueldade monetária a que a população era submetida, o letrado critica severamente a prática usual das monarquias daquela época, oferecendo em contrapartida um outro caminho para a gerência dos recursos financeiros disponíveis, sempre em benefício do bem comum.

Finalmente, o jogo de xadrez, e seria a introdução dessa figura a grande novidade apresentada na obra *Songe*. Por esse viés, Philippe de Mézières reuniria o “modelo vetero-

---

<sup>11</sup> LEFÈVRE, Sylvie. Philippe de Mézières. In : HASENOHR ; ZINK (org.). **Dictionnaire des Lettres Françaises**, p. 1144.

<sup>12</sup> POIRION, Daniel. Allégorie. In : FAVIER, Jean; MARTIN, Henri (org.). **Dictionnaire du Moyen Âge: Littérature et Philosophie**, Paris: Encyclopédia Universalis, Albin Michel, 1999, p. 44.

<sup>13</sup> “Une table de change nommée *la banque du commun*”. Cf: MÉZIÈRES. **Songe du Vieux Pèlerin**, 2008, p. 387.



testamentário e a intenção reformadora”<sup>14</sup>, já que Charles VI, destino final do texto, é apresentado também como Moisés, entre outras alegorias, tais como Cervo voador, Falcão branco, grande Mestre, grande Jardineiro e grande Mercador. Mézières apresenta o jovem soberano com tais nomes segundo o tema que trabalha nos capítulos da obra, conforme o princípio que quer ensinar ao jovem rei. Como Moisés, recebedor das tábuas da lei, Charles VI é o recebedor dos ensinamentos das virtudes, muito embora deva saber igualmente jogar com as peças de xadrez no grande tabuleiro, devendo antes de tudo agir, sem deixar de observar o que cada casa significa. Ademais, para Mézières, o jogo representa a sociedade e o que conta na verdade são as casas percorridas, não exatamente as peças tomadas. Além disso, no centro do tabuleiro há uma cruz, representando o espírito da reforma proposta por Mézières cujo fim é o Cristo.

Para alargar ainda mais a compreensão da obra de Philippe de Mézières, é válido salientar o quão didático o intelectual foi ao compor a obra *Songe*. Para isso, vejamos alguns detalhes sobre a organização da obra.

A obra *Songe* é composto de um prólogo em que o autor se remete à parábola dos talentos, presente nos Evangelhos; declara assistir ao jovem Charles VI, segundo o que lhe havia pedido a Divina Providência, e resume o conteúdo dos três livros da obra. A isso seguem uma lista com o significado de cada alegoria, bem como o conteúdo dos três livros, sempre divididos em capítulos. Não há um epílogo propriamente dito, no entanto, as virtudes concluem seus ensinamentos, nos últimos capítulos do terceiro livro, com considerações finais nada otimistas e o Velho Peregrino é despertado do sonho para ser consolado pela mesma Providência Divina do início.

No segundo livro, Philippe de Mézières também apresenta uma interpretação sua a respeito da hierarquia que organizava a sociedade daquele contexto, e a inovação de tal conteúdo está em problematizar as três ordens em quatro hierarquias: a primeira, representada pela Igreja; a segunda pela nobreza (príncipes e cavaleiros); a terceira pelos homens da lei, e a quarta hierarquia, pelo povo. Essa apresentação em hierarquias é principalmente uma evocação do Pseudo-Dionísio, o Areopagita (séc.V).<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> BLANCHARD, Joël. Avant-propos. In: MÉZIÈRES. *Songe du Vieux Pèlerin*, 2008, p. 41.

<sup>15</sup> A obra do neoplatônico cristão, atuante na Síria ao final do século V, chamado de Pseudo-Dionísio, o Areopagita, tornou-se conhecida no século VIII e foi traduzida por Jean Scot Érigène (século IX) no ano de 840 cuja versão teve amplo sucesso sendo retomada por nomes como Fulbert de Chartres (970-1028), Adalberão de Laon (fim do séc. X-1030) e Tomás de Aquino (1224-1274), ver BLANCHARD, Joël. Les hiérarchies de l'honneur. Avatars d'une grille





Georges Duby, ao realizar sua análise sobre as três ordens na Idade Média, retoma em dado momento as palavras de Adalberão de Laon sobre a organização ternária dos grupos que compuseram a Igreja de Deus no mundo, segundo a visão do bispo: os *oratores*, os *bellatores* e os *laboratores*. Visão bem difundida nos estudos sociais sobre a Idade Média. Todavia, o mesmo Duby aquiesce que a sociedade estava sofrendo transformações e apresentava forte diversificação, principalmente na camada dos trabalhadores, fenômeno devido à urbanização que colocava as cidades como eixo da “riqueza, do poder e das criações do espírito”. Fenômeno que nos informa igualmente sobre a “laicização de um grande número de valores e de imagens. É um fato que os principais focos de criação escapam progressivamente à tutela da Igreja e se deslocam para as cortes dos príncipes”<sup>16</sup>. Entendemos assim, que Philippe de Mézières estava atento a essas transições, bem como seguro de seu papel de preceptor.

Portanto, Philippe de Mézières pode servir de claro exemplo de tal transformação, embora seu intento fosse o de fazer convergir novamente à Igreja uma sociedade que se lhe escapava:

Essa prática nova em busca da reforma do mundo será escrita e mostrada a todas as gerações de fiéis e infiéis [...]. A rainha Verdade, em companhia das três damas já evocadas, Paz, Misericórdia e Justiça que, segundo os teus escritos, Ardente Desejo, são indispensáveis em tua peregrinação para o verdadeiro comércio e para a fabricação das puras boas obras[...], [oferecem] novamente sua moeda ao mundo inteiro, particularmente ao Branco Falcão de bico e patas dourados e ao reino da Gália.<sup>17</sup>

Philippe ainda atribui parte dos males por que passava a cristandade à hierarquia que acrescenta ao modelo ternário: os agentes da lei. Mézières se refere a eles, como os que, visando a auxiliar o rei em sua virtude da justiça, haviam corrompido o funcionamento dos reinos, tanto juridicamente quanto economicamente, deturpando essa virtude. De onde o sistema bancário de Veneza, na opinião de Mézières, proteger o povo permitindo que ele próprio gerenciasse suas economias. Seriam esses agentes, advogados, escrivães, procuradores, tesoureiros e oficiais do reino. Sobre sua má influência, o autor afirma que:

---

conceptuelle à la fin du Moyen Âge : Mézières et le Pseudo-Denys. *Revue historique*, n° 648, 2008/4, p. 789-817. Disponível em: [www.cairn.info](http://www.cairn.info). Acesso em: 2 de abril de 2017. Sobre o tema, ver DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

<sup>16</sup> DUBY, Georges. **Sociedades Medievais** – Lição inaugural proferida no Collège de France, em 4 de dezembro de 1970. Tradução de Augusto Joaquim. Lisboa: Terramar, 1999, p. 36;45.

<sup>17</sup> “Cette pratique nouvelle en vue de la réforme du monde sera écrite et montrée à toutes les générations de fidèles et infidèles [...]. La reine Vérité, en compagnie des trois dames déjà évoquées, Paix, Miséricorde et Justice, qui, selon tes écrits, Ardent Désir, sont indispensables dans ton pèlerinage pour le véritable commerce et la fabrication des purs besants [...], offrir à nouveau leur monnaie au monde entier, particulièrement au Blanc Faucon au bec et aux pattes dorés et au royaume de Gaule”. Cf. MÉZIÈRES. **Songe du Vieux Pèlerin**, 2008, p. 103.



os reis e os príncipes do reino estão enfeitiçados por tais oficiais e mestres de suas finanças, eles que aceitam ter o olhar envolvido pela pena de tais oficiais em todo instante, tanto no inverno quanto no verão, para o verdadeiro prejuízo da coisa pública e da majestade real. Eis o que se passa com a pobre cavalaria e com o povo da França.<sup>18</sup>

As outras três hierarquias, na exposição de Philippe de Mézières, manter-se-iam *grosso modo* da mesma forma como a apresentada pelas leituras posteriores do Pseudo-Dionísio, embora à figura do rei, Mézières atribuísse grande responsabilidade no bom funcionamento da coisa pública.

Como responsável pela reforma da cristandade, Charles VI deveria saber jogar e bem com as peças do xadrez, não permitindo, por exemplo, que a “pobre cavalaria” da França fosse prejudicada, ao contrário, que ela servisse ao rei de forma eficaz no restabelecimento do bem comum. Mas a qual cavalaria se refere Mézières? E quem eram seus membros? No tabuleiro de xadrez, que aparece no terceiro livro, estão as casas referentes a guerra, a pagamento aos homens de armas, bem como a promoções dos oficiais. Há, da mesma forma, a casa que trata da paz com a Inglaterra, um dos meios a ser alcançados para o fim maior: a união de toda a cristandade. Pois bem, acreditamos que Philippe de Mézières concebia a cavalaria, tal como a conceituava Raimundo Lúlio no século XIII ou bem antes dele, Vegécio (fim do séc. IV-início do séc. V), citado aliás na obra *Songe*. Seria um grupo composto por cavaleiros cujo ofício era “manter e defender o seu senhor terreno, pois nem rei, nem príncipe, nem alto barão poder[iam], sem ajuda, manter a justiça entre as suas gentes”<sup>19</sup>. Dessa forma, vejamos quais seriam as características que poderiam moldar um perfeito cavaleiro disposto a servir Charles VI em sua empreitada? É o que veremos nas linhas a seguir.

### **O cavaleiro digno da cavalaria**

Para bem atuar no jogo de xadrez, Charles VI deveria ser auxiliado por homens de armas, tenentes e capitães que observassem quinze regras essenciais. Essas regras seriam impostas a todos aqueles a quem era conferida a ordem da cavalaria, sendo o objetivo comum do grupo o cumprimento de todas elas. Sobre isso, Philippe de Mézières discorre no segundo livro, ao falar da segunda hierarquia, sobre a qual deveria reinar “a virtude moral” acima de tudo. Cada regra é

---

<sup>18</sup> “Le roi et les princes du royaume sont envoûtés par de tels officiers et maîtres de leurs finances, eux qui acceptent d’avoir les yeux frottés par la plume de semblables officiers à tout moment, hiver comme été, au réel préjudice de la chose publique et de la majesté royale. Voilà ce qu’il en est de la pauvre chevalerie et du peuple de France”. Cf.: MÉZIERES. *Songe du Vieux Pèlerin*, 2008, p. 386.

<sup>19</sup> LLULL, Ramon. *O Livro da Ordem da Cavalaria*. Tradução Ricardo da Costa. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria-c1274-1276>. Acesso em: 12 de março 2017.



ilustrada com exemplos bíblicos e históricos da antiguidade, da alta Idade Média e da contemporaneidade do autor, proporcionando uma leitura fluida e bastante interessante. Claro, devemos observar que, se o letrado elencava essas regras como essenciais à cavalaria, muito provavelmente a realidade era bem diferente, até mesmo contrária.

Como defensor ardente da fé católica, Mézières coloca, como primeira regra a ser observada, justamente o respeito e a observância da “santa religião católica”. Ao cumpri-la, o cavaleiro estaria apto a prosseguir com as tarefas designadas pelo seu senhor, bem como propenso a executar as duas regras seguintes: dizer a verdade (em palavras e escritos) e exercer a justiça, duas virtudes essenciais para evitar prejuízos ao bem comum e garantir a vitória nos combates.

Da quarta até a décima quinta regra, Philippe de Mézières elenca uma série de comportamentos que os cavaleiros deveriam manter em campo de batalha, discorrendo sobre atitudes bem práticas do cotidiano das tropas e que o capitão das mesmas deveria assegurar. Podemos organizar essas regras da seguinte forma: regras referentes a recursos (bélicos e financeiros) – o capitão deveria separar  $\frac{1}{3}$  de suas finanças ao pagamento de espíões; estar bem provido de armas e equipamentos; dar o dízimo à igreja e compartilhar o butim de modo a motivar a combatividade dos homens de armas – evitando sempre a avareza; regras sobre profissionais de outras áreas – as tropas deveriam dispor de doutores versados em direito civil e canônico junto a seus homens, resolvendo assim eventuais problemas ligados às leis; cuidar dos soldados doentes e feridos acompanhando-os com a ajuda de médicos, não recorrendo à astrologia – realizando o devido pagamento a esses homens de saber. Outras regras se remetem ao trato das tropas – o capitão deveria dar de comer aos homens, evitando banquetes exagerados, ou seja, “ser moderadamente generoso”; passar as tropas em revista, evitando “soldados fantasmas”; evitar excessos (comidas, bebidas, luxos e jogos). Já duas regras se aplicam aos cuidados para com os inimigos – o capitão das tropas deveria sempre proteger as informações concernentes a suas hostes, evitando que os inimigos tomassem conhecimento de quaisquer coisas, podendo usar de códigos de linguagem para proteção de dados; ele deveria igualmente evitar as desconfianças e suspeitas de traição, estando sempre acompanhado de alguns de seus homens quando das entrevistas com os inimigos.

Duas outras regras chamam a atenção por tratarem da relação dos homens de armas com a população durante os combates e as campanhas. A décima terceira regra garante aos



comerciantes e “àqueles que vão e vem” direito a ter a passagem protegida por escolta específica, a fim de bem garantir suas vidas, assim como assegurar o aprovisionamento das tropas.

Já a décima segunda regra versa sobre a proteção aos bens e à integridade física dos indivíduos do povo, portanto o capitão jamais deveria reclamar a paga de impostos, tributos ou gabela que não fosse por ordem do rei. Além disso, Mézières diz que os cavaleiros e homens de armas deveriam cuidar para não realizar pilhagens, roubos e muito menos violência física, principalmente contra as crianças e contra as mulheres, que “deveriam ser protegidas como se fossem as irmãs de seus comandantes”. Esses homens deveriam proceder da mesma forma para com as igrejas e seus servos. O discurso de Mézières nesses trechos nos remete a outro homem de letras da tardo-medievalidade, Honoré Bovet (1345-1405), cuja obra *Árvore das batalhas* trata de direito de guerra. Ambos conferem à população em geral, isto é, aos *oratores* e *laboratores*, direitos ligados à vida, a ser preservada acima de qualquer interesse.<sup>20</sup>

Philippe de Mézières arremata o elenco das quinze regras afirmando que, se assim procedessem os capitães e cavaleiros, seria forjada “uma boa moeda para o bem e a honra do rei, das gentes de armas e do povo”, pois ele bem sabia, como podemos observar nos trechos que seguem, que tais regras não eram praticadas e que “uma cavalaria mal-educada” era responsável por muitos males.

O que dizer do pobre povo da França, batido, morto, devorado, taxado não somente pelo inimigo, mas, o que é pior, por sua própria cavalaria? [...]. Os pobres homens são batidos e torturados, as mulheres desonradas, as virgens forçadas em público e violentadas, tudo como infração às regras da verdadeira cavalaria descritas acima nas quinze regras dos valentes capitães [...]. Por causa dessa prática excessiva de castigo do povo e crueldade de que dá provas essa cavalaria, sem mencionar o erro para com a religião e para com a caridade que disso derivam, grandes males surgem a ponto de ser difícil repará-los antes que se passe muito tempo<sup>21</sup>.

Cabe salientar que Philippe de Mézières parece ser bastante consciente das categorias de pessoas que poderiam formar a cavalaria. Segundo sua explanação, podemos entender que, por cavalaria, Mézières concebia um corpo militar regular encarregado da defesa e proteção do rei, do reino e do povo, bem próximo em organização dos exércitos, principalmente daquele que mais

---

<sup>20</sup> DUVAL, Frédéric. **Lectures françaises de la fin du Moyen Âge**: petite anthologie commentée de succès littéraires. Genebra : Droz, 2007, p. 260.

<sup>21</sup> “Que dire du pauvre peuple de France, battu, tué, dévoré, rançonné, pas seulement par les ennemis, mais, ce qui est pire, par sa propre chevalerie ? [...]. Les pauvres hommes sont battus et torturés, les femmes déshonorées, les vierges forcées en public et violées, en infraction aux règles de la vraie chevalerie décrites ci-dessus dans les quinze règles des vaillants capitaines [...]. A cause de cette pratique excessive de châtiments du peuple et de cruauté de cette chevalerie, sans mentionner de tort à la religion et à la charité qui en découle, de grands malheurs arrivent qui seront impossibles à réparer avant bien longtemps”. Cf : MÉZIÈRES. **Songe du Vieux Pèlerin**, 2008, p. 463-464.



tarde veio a ser formado por Charles VII (1422-1461) e que muito deveu ao exemplo da prática do rei inglês, Eduardo III (1327-1377), no que se referia à formação e ao pagamento dos seus soldados.<sup>22</sup> Assim, podemos apontar uma hipótese de como essa cultura escrita reverberou na prática de um corpo militar. Não dizemos, porém, que os escritos dos letrados que se ocuparam da cavalaria nesse período tenham sido os únicos a influenciar as decisões dos monarcas que vieram a assumir os tronos no Ocidente latino. Muito embora não possamos deixar de pensar que, para além dos exemplos deixados pelos campos de batalha, a cultura letrada também teve sua parcela de contribuição na construção de uma cavalaria em transformação, não mais ligada, portanto a privilégios dados pelo nascimento.

Se nos séculos anteriores o surgimento das ordens de cavalaria e a aproximação da Igreja aos homens de guerra indicou um “enfraquecimento” do rei, a partir do final do século XIV, o soberano passou a protagonizar a organização de um grupo fixo de homens de armas visando aos interesses políticos de seu reino, disso foi pioneira a dinastia dos Valois de Charles V, conforme destaca o pesquisador da Guerra dos Cem Anos, Philippe Contamine.<sup>23</sup> Dessa maneira, vemos como Philippe de Mézières contribuiu para que o serviço ao rei fosse um legitimador da nova cavalaria que propunha, tal transformação se estenderia por séculos.

### **O diagnóstico de Philippe sobre o estado da cavalaria francesa**

Há que se considerar que os conflitos políticos da Baixa Idade Média acabaram favorecendo uma delimitação mais clara sobre territórios e domínios que não mais se sustentavam apenas pela figura do rei, pois “as monarquias que conseguiram fortalecer sua autoridade moral o fizeram, graças a uma política realista, transmutar os interesses puramente dinásticos em interesses coletivos da sociedade”<sup>24</sup>. E a reforma que propunha Philippe de Mézières se revelava bastante atenta ao bem comum da coletividade proporcionado pelo corpo militar representado pela cavalaria.

---

<sup>22</sup> Siméon Luce nos relata que Eduardo III organizou um serviço militar obrigatório entre seus sujeitos: aqueles que possuísem quarenta litros de terra ou mais (cerca de um alqueire, 24.000 m<sup>2</sup>), ou renda anual por três anos pelo menos e que ainda não fossem homens de armas deveriam abraçar a profissão militar. Outros com menos recursos deveriam ter cavalos e armaduras, outros uma espada, aqueles que quase nada tivessem deveriam ao menos ter arcos e flechas. Cf: LUCE, Siméon. **Histoire de Du Guesclin et de son époque**. Paris : Librairie Hachette, 1876, p. 147-149.

<sup>23</sup> CONTAMINE, Philippe. **La guerre au Moyen Âge**. 5. ed. Paris : PUF «Nouvelle Clio», 2014, p. 296-306.

<sup>24</sup> “Las monarquías que lograron fortalecer su autoridad moral lograron, merced a una política realista, transmutar los intereses puramente dinásticos en intereses colectivos de la sociedad”. Cf: MITRE FERNÁNDEZ, Emilio. *La Cristiandad Medieval y Las Formulaciones Fronterizas*. In: \_\_\_\_\_ [et.al.] **Fronteras y Fronterizos en la Historia**. Valladolid: Instituto de Historia Simancas, 1997, p. 47.



Todavia, esse corpo militar, ao qual faz menção Mézières, poderia ser formado pela nobreza; pelos cavaleiros e escudeiros, e a terceira categoria sendo aquela composta por não-nobres, homens de pequena condição, camponeses ou artesãos, alguns até mesmo *routiers*. Todas as três categorias deveriam obedecer às regras acima referidas para que cumprissem o desígnio da existência da cavalaria. Mas não era isso que estava acontecendo, daí a necessidade de aconselhar ao rei fazer algumas mudanças para melhor conduzir seu reino de modo que a própria cristandade fosse liberada de tais práticas. Aliás, contra os nobres Philippe de Mézières lança uma severa crítica, dizendo que naqueles dias iam à guerra apenas quando o rei estava presente. No trecho a seguir, o letrado dá o seu diagnóstico sobre o estado da cavalaria:

Que dores e que lágrimas deveriam ter os franceses ao ouvir recitar para sua vergonha tal exemplo de cavalaria da França, que antes tinha o hábito de ser crédula, amada e estimada, mas que hoje está destronada em um lamaçal cheio de restos de orgulho, de avariza, de infame luxúria por causa de sua falta de fé em Deus e do medíocre comando dos chefes de guerra e dos senhores que deveriam tomar conta do bem comum do reino e da coisa pública.<sup>25</sup>

Para alcançar o objetivo de sua proposta reformadora, Philippe de Mézières propõe o que talvez fosse bastante inusitado naquele contexto: ordenar regimentos e comandantes nas cidades e que esses estivessem em permanência em tais localidades dando-lhes proteção contínua e sendo reconhecidos pelos habitantes. Os regimentos seriam supervisionados por um “burguês, um clérigo e um conselheiro laico, escolhidos pelo povo e remunerados” e que estariam encarregados, entre outras atividades da municipalidade, de assegurar o pagamento daqueles homens de armas. Pagamento aliás, que deveria sempre ser realizado, em parte pelos vilões, não sobrecarregando assim os capitães, e nem mesmo o reino. Serão exatamente essas medidas adotadas por Charles VII em seus despachos de 2 de novembro de 1439 e de 26 de maio de 1445, ao institucionalizar o serviço militar que se manteria sem modificações até o século XVI.<sup>26</sup> Sobre esse ponto especificamente, é válido reproduzir o trecho da obra em que a rainha Verdade se dirige ao jovem Charles VI, como Moisés:

Caro filho, graças a esse remédio [pagamentos regulares] que te desencarrega de uma parte de tuas tarefas, cada vez que quiseres, com uma simples ordem, terás às ordens de tua real majestade seis mil, sete mil ou oito mil lanças e besteiros inteiramente prontos e bem pagos, que serão a valente e verdadeira cavalaria do

---

<sup>25</sup> “Quelles douleurs et quelles larmes devraient avoir les Français en entendant réciter pour leur honte un tel exemple de la chevalerie de France, qui jadis avait l’habitude d’être crainte, aimée et estimée, mais aujourd’hui elle est déchue dans le bourbier d’ordure de l’orgueil, de la cupidité, de l’infâme luxure, à cause de son manque de crainte de Dieu et du médiocre commandement des chefs et des seigneurs qui devraient prendre soin du bien commun du royaume et de la chose publique”. MÉZIÈRES. **Songe du Vieux Pèlerin**, 2008, p. 467.

<sup>26</sup> BESSEY, Valérie. **Construire l’armée française**. Textes fondateurs des institutions militaires. Tome 1 : De la France des premiers Valois à la fin du règne de François I. Turhout : BREPOLIS, 2006, p. 88-105.



reino da Gália, sem contar teus pares, príncipes e barões que, em companhia de bom número de gentes de armas, te servirão magnificamente, como devem, de modo que o serviço deles será renovado [...]. Além disso, caro filho, graças a esse claro método, teu condestável e teus marechais estarão desobrigados de uma dura tarefa: pagar, reunir e organizar as tropas. Pois essa valente cavalaria, graças a esse método, estará tão perfeitamente pronta que esses condestáveis e marechais não farão nada além de dar ordens às gentes de armas e de colocá-los em ordem de guerra.<sup>27</sup>

Obviamente, a reforma que propunha Philippe de Mézières não seria concretizada tão facilmente. Aqui, pois devemos indagar se a avaliação do letrado era reflexo do pensamento da corte sobre o que se dizia a respeito da cavalaria ou se acabava mostrando-se como algo totalmente novo e revolucionário; nem tampouco podemos deixar de inferir o que os próprios integrantes da cavalaria julgavam ser lícito ou não praticar<sup>28</sup>. No trecho acima, Philippe de Mézières não deixa de considerar os nobres, cuja linhagem lhes dava acesso à cavalaria. Essa característica devedora de tradições anteriores denota que, em um panorama mais amplo, havia continuidades no pensamento sobre a cavalaria.

Ainda assim, é muito atraente a ideia de Philippe de Mézières sobre um corpo militar que, ao ser composto por homens dignos e bons observadores de suas regras, estivesse de prontidão, à espera tão somente de um apelo real para agir em benefício do bem comum. Pois sabemos que, apenas algumas décadas antes, Paris e o interior da França haviam sido palco de revoltas populares bastante significativas, levando o reino a uma crise política que duraria ainda muito tempo e com severos desdobramentos. Referimo-nos aqui à revolta liderada por Étienne Marcel (1310-†1358), *prévot des marchands*, oficial responsável pela administração municipal de Paris. Esse personagem liderou a revolta popular (e principalmente da burguesia endividada) contra as sucessivas medidas adotadas pela monarquia francesa, através dos Estados Gerais, com relação a aumento de impostos, fiscalização financeira e recursos para o pagamento do resgate do rei Jean II Le Bon, cativo em Londres. Outro exemplo foi a Jacquerie, revolta de camponeses que

---

<sup>27</sup> “Cher fils, grâce à ce remède qui te décharge d’une partie de tes tâches, chaque fois que tu le voudras, sur un simple ordre, tu auras aux ordres de ta royale majesté six mille, sept mille ou huit mille lances et arbalétriers, entièrement prêts et bien payés, qui seront la vaillante et véritable chevalerie du royaume de Gaule, sans compter tes pairs, princes et barons qui, en compagnie de bon nombre de gens d’armes, te serviront magnifiquement, comme ils le doivent, de sorte que leur service sera rénové [...]. En plus, cher fils, grâce à cette claire méthode, ton connétable et tes maréchaux seront déchargés d’une lourde tâche, celle de faire payer les gens d’armes, de les réunir et de faire les retenues. Car cette vaillante chevalerie, grâce à cette méthode, sera si parfaitement prête que ces connétales et maréchaux n’auront rien d’autre à faire que de donner leurs ordres aux gens d’armes et de les mettre en ordre de guerre”. Cf. MÉZIÈRES. *Songe du Vieux Pèlerin*, 2008, p. 875-876.

<sup>28</sup> É válido mencionar que o porta-auriflama do reino francês, Geoffroy de Charny (1355-1356), morto em combate na batalha de Poitiers, manteve uma atividade escrita bastante interessante, por exemplo, o seu *Livre de Chevalerie* em que discorre sobre as dificuldades em ser cavaleiro. Cf. LEFÈVRE, Sylvie. Geoffroi de Charny. In: HASENOHR ; ZINK. *Dictionnaire des Lettres Françaises*, p. 498.



ocorreu também no ano de 1358. Podemos facilmente inferir que Philippe de Mézières tinha sobre esses acontecimentos alguma informação, o que explicaria seu cuidado ao se referir à população em geral, isto é, grupo de indivíduos que não compunham a aristocracia, nem se beneficiava da privança do rei.

### Considerações finais

Como pudemos ver, a obra de Philippe de Mézières é apresentada ao rei como um *exemplum* para que o jovem monarca fizesse as reformas na cavalaria francesa. Esse corpo militar, heterogêneo, não mais sustentado pelos privilégios das linhagens, seria agora o promotor do bem comum, com base nos valores das cruzadas e no mérito de uma boa e eficaz conduta em campo de batalha. Assim, segundo o historiador da cultura medieval, Bernard Guenée:

No século XIV [...], muitos compreenderam que suas proezas poderiam dali em diante tirá-los da obscuridade e lhes permitir a se alçar mais alto na sociedade. Durante muito tempo, o mérito havia tido contra o nascimento um combate muito desigual. No século XIV, as esperanças dos obscuros se fizeram mais vivas [...]. Mas a palavra era frágil. Apenas o livro podia garantir um renome durável.<sup>29</sup>

Em momento algum Philippe de Mézières menciona a linhagem ou a importância do sangue para que um cavaleiro fosse *adubado*, aliás, tal rito nem sequer é mencionado enquanto requisito para um bom cavaleiro. Mesmo assim, sabemos que o próprio Philippe de Mézières foi feito cavaleiro após a batalha de Esmirna e que mencionou homens de guerra que teriam “recebido” a cavalaria. O que não há na obra *Songe* é a descrição da cerimônia como algo a ser ainda observado e mantido para que um homem de armas fizesse parte do corpo militar. Talvez o que fosse corrente naquele contexto seria o reconhecimento por parte de cavaleiros mais experientes das mesmas características em outros, ao identificá-los como semelhantes, *fratres*, e a estes eram dadas a espada, de forma mais simples. Além disso, acreditamos que, por tratar também do povo como integrante da cavalaria, Mézières até mesmo ultrapassa os limites da elite a que tradicionalmente se associou a cavalaria, problematizando aquela categoria de homens a serviço da coroa francesa.

Segundo as palavras do historiador citadas acima, era necessário que aqueles que dessem provas de valentia e realizassem proezas, sendo membros da cavalaria, também tivessem a cultura

---

<sup>29</sup> “Au XIV<sup>e</sup> siècle [...], beaucoup comprirent que leurs prouesses pourraient désormais les sortir de l’obscurité et leur permettre de se hisser plus haut dans la société. Pendant longtemps, le mérite avait mené contra la naissance un combat par trop inégal. Au XIV<sup>e</sup> siècle, les espoirs des obscurs se firent plus vifs [...]. Mais la parole était fragile. Le livre, seul, pouvait garantir une renommée durable”. Cf: GUENÉE, Bernard. **Du Guesclin et Froissart**. La fabrication de la renommée. Paris : Tallandier, 2008, p. 102-103.





letrada a seu favor. Somente dessa forma seu renome e, no caso, sua institucionalização, seriam assegurados. Aqui podemos inferir que ao traduzir a realidade percebida<sup>30</sup> em espelho de príncipe, Philippe de Mézières acabou contribuindo com os estudos historiográficos sobre a cavalaria francesa da Baixa Idade Média oferecendo elementos que ajudam substancialmente o trabalho do historiador que lança seu olhar para aquela temporalidade.

A reforma que Mézières propõe sobre a cavalaria nos leva a pensar sobre as relações de poder que permanecem entre autoridades e seus funcionários. Para o letrado, havia a necessidade de encerrar uma rede de privilégios oriundos das linhagens para que o conhecimento técnico, se assim podemos dizer, ganhasse a primazia entre os membros da cavalaria ali referida. Podemos sugerir que o letrado, enquanto autor de um espelho de príncipe, tentava dar sentido a uma sociedade em transformação, pensando sobre o passado para vislumbrar um futuro melhor em seu ponto de vista. É preciso considerar, no entanto, que o contexto frágil em que se encontrava o reinado de Charles VI, recentemente tendo tomado o poder das mãos dos tios, deu a Philippe de Mézières elementos para sugerir as reformas. Ao passo que os tios poderiam representar uma época fonte de críticas, o jovem rei era visto como principal agente reformador, portanto promotor, ele próprio do bem comum.

Ademais, Philippe de Mézières nos lega um panorama sobre a situação em que se encontrava a cavalaria na França da Baixa Idade Média, ora em transformação, mas que detinha suas originalidades e permanências. Na obra *Songe*, a cavalaria, compreendida na organização hierárquica quaternária da sociedade, é forjada e repetidas vezes moldada aos interesses do reino ao “qual o serviço de Deus e da Igreja e a defesa dos humildes deveriam estar estreitamente associados”<sup>31</sup>. Eram, portanto, bem-vindas as habilidades de relacionamento e as estratégias para os combates, assim como o bom trato para com os vilões, sem deixar de lado, absolutamente, nem a fidelidade ao senhor, no caso o rei, e nem o temor a Deus, fazendo permanecer o ideal cruzado.

---

<sup>30</sup> LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 11.

<sup>31</sup> CARDINI, Franco. Guerra e cruzada. In: LE GOFF, SCHMITT (org.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, vol. I, Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 482.